

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.358.431 - RS (2012/0129192-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADOS : TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM E OUTRO(S) - PR022129
ANDRÉ FONSECA ROLLER E OUTRO(S) - DF020742
ANSELMO MOREIRA GONZALEZ E OUTRO(S) - SP248433
DENISE MILANI PASSOS E OUTRO(S) - SP195184
EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - PR024498
EMBARGADO : GILMAR WINKELMANN
ADVOGADOS : FELIPE FLORIANI BECKER E OUTRO(S) - RS048826
FABRÍCIO MARÇAL FISCH - RS057813

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A, em face do acórdão proferido pelo colegiado da Quarta Turma que conheceu e deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto divergente deste signatário.

Nas razões recursais, o embargante veicula, em preliminar, a nulidade da publicação do acórdão, pois quando da juntada da procuração conferindo poderes a novos patronos, protocolizada em 05.09.19, requereu expressamente que as intimações fossem realizadas conjunta e exclusivamente em nome dos procuradores Teresa Arruda Alvim e Evaristo Aragão Santos, sob pena de nulidade.

É o relatório.

Decido.

1. Tendo a parte informado a nulidade no primeiro momento que lhe competia falar nos autos e não tendo ocorrido a regular intimação de nenhum dos advogados da instituição financeira embargante acerca do acórdão embargado, tal como expressamente requerido quando da juntada de procuração a novos procuradores (em 05.09.19, fls. 460 e-STJ), resta evidente a nulidade da intimação, diante do disposto no § 5º, do artigo 272, do atual CPC/15.

2. Do exposto, reconheço a nulidade da intimação da instituição financeira e determino à Coordenadoria da Quarta Turma que promova a republicação do acórdão de fls. 475-512, desta feita observando o pedido de publicação exclusiva.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI

Relator